

Câmara adia a suplementação para o metrô

A pedido do líder do Governo na Câmara Legislativa, Edimar Pireneus (PP), o mais polêmico projeto da convocação extraordinária feita pelo governador Joaquim Roriz foi retirado de pauta, ontem à tarde, no último dia de votações. O texto que autoriza o GDF a contratar um financiamento suplementar junto ao BNDES, no valor de US\$ 50 milhões para obras do metrô, só será discutido em fevereiro, no reinício das atividades parlamentares. Os demais 20 itens da pauta foram aprovados em tempo recorde: três dias. "Fizemos um esforço concentrado, já que se tratava de matérias de urgência", justificou Pireneus, depois de alegar que retirou o projeto "por insuficiência de dados para analisar a matéria".

Na sessão de ontem, o plenário votou seis projetos de lei. O texto mais polêmico foi o que estabelece hipóteses de compensação e abatimento de tributos de competência do DF. Depois de muita discussão, os distritais aprovaram emenda da bancada do PT eliminando o artigo que permitia a empresários inscritos na Dívida Ativa o abatimento de juros e multas, através de financiamento de programas de combate à fome. "Evitamos a possibilidade de irregularidades por parte de eventuais candidatos que tivessem interesse em promover irregularidades", destaca Wasny de Roure (PT).